

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2015.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), em atividade conjunta com a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente (SMCQ/MMA) e os Fóruns de Mudanças Climáticas dos Estados do Paraná, Amazonas e Ceará, promoveram Consultas Públicas sobre o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), nas cidades do Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza, Ceará e Manaus, no mês de novembro de 2015, com seguinte agenda:

Data	Cidade	Horário	Local
<b>Rio de Janeiro</b>	20/11/2015	14:00h às 18:00h	Auditório do IVIG, Av. Pedro Calmon s/n, Prédio Anexo ao Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão, Cidade Universitária - Rio de Janeiro.
<b>Curitiba</b>	12/11/2015	14:00h às 18:00h	Auditório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Rua Desembargador Motta, 3384 – Mercês, Curitiba.
<b>Fortaleza</b>	13/11/2015	14:00h às 18:00h	Centro de Referência Ambiental do Parque Estadual do Cocó. Avenida Padre Antônio Tomás S/N – Cocó, Fortaleza.
<b>Brasília</b>	18/11/2015	9:00 às 18:00h	Hotel Nacional - Setor Hoteleiro Sul - Quadra 01 - Bloco A Brasília, Distrito Federal.
<b>Manaus</b>	19/11/2015	14:00h às 18:00h	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM CETAM localizado na Avenida Pedro Teixeira, s/nº - Bairro Dom Pedro, Manaus.

A Consulta Pública teve por objetivo receber propostas que possam contribuir para o aperfeiçoamento Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), de forma coerente com a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O documento Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), em seus Volumes I e II - Versão em Consulta Pública – disponível na rede mundial de computadores consistiu no texto base para a discussão.

As Consultas Públicas, exceto a realizada em Brasília, foram estruturadas segundo a agenda abaixo apresentada:



Atividade	Horário	Atores
Abertura	14:00h às 14:30h	<ul style="list-style-type: none"><li>Representante das Secretárias de Meio Ambiente</li><li>Representante dos Fóruns Estaduais</li><li>Representante do FBMC</li><li>Representante da SMCQ/MMA</li><li>Representantes do MCTI</li></ul>
Apresentação - Adaptação à Mudança do Clima (Conceitos)	14:30h às 15:00h	<ul style="list-style-type: none"><li>Neilton Fidelis - FBMC</li><li>Gleyse Peiter - FBM</li></ul>
Apresentação do Processo de Consulta Pública do PNA	15:00h às 15:15h	<ul style="list-style-type: none"><li>Pedro Alexandre Rodrigues Christ – SMCQ/MMA</li></ul>
Apresentação do Plano Nacional de Adaptação À Mudança do Clima	15:15h às 16:45h	<ul style="list-style-type: none"><li>Pedro Alexandre Rodrigues Christ – SMCQ/MMA</li></ul>
Sessão de Perguntas e Respostas	16:45h às 18:00h	<ul style="list-style-type: none"><li>Plenário</li></ul>
Encerramento	18:00h	<ul style="list-style-type: none"><li>Representante da SMCQ/MMA</li><li>Representante dos Fóruns Estaduais</li></ul>

Já a Consulta Pública, ocorrida em Brasília teve a seguinte agenda:

Atividade	Horário	Atores
Abertura	9:30h	<ul style="list-style-type: none"><li>Representante do FBMC</li><li>Representante da SMCQ/MMA</li><li>Representante do MCTI</li></ul>
Apresentação - Adaptação à Mudança do Clima (Conceitos)	10:00h	<ul style="list-style-type: none"><li>Neilton Fidelis - FBMC</li><li>Gleyse Peiter - FBM</li></ul>
Apresentação do Processo de Consulta Pública do PNA	10:30h	<ul style="list-style-type: none"><li>Pedro Alexandre Rodrigues Christ – SMCQ/MMA</li></ul>
Apresentação do Plano Nacional de Adaptação À Mudança do Clima	10:45h	<ul style="list-style-type: none"><li>Pedro Alexandre Rodrigues Christ – SMCQ/MMA</li></ul>
Sessão de Perguntas e Respostas	11:30h	Plenário
Almoço	12:00h	
Apresentação das Estratégias Temáticas	14:00h	<ul style="list-style-type: none"><li>Representante dos Ministérios</li></ul>
Coffee break	15:30	
Continuação das Apresentações das Estratégias Temáticas	16:00	<ul style="list-style-type: none"><li>Representante dos Ministérios</li></ul>
Retorno a plenária	17:00	<ul style="list-style-type: none"><li>Representante do FBMC</li><li>Representante da SMCQ/MMA</li></ul>
Encerramento		<ul style="list-style-type: none"><li>Representante do FBMC</li><li>Representante da SMCQ/MMA</li></ul>

## Contribuições

O quadro que segue sistematiza as contribuições apresentadas durante as Consultas Públicas ao “Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)”.

Contribuições recebidas nas Consultas Públicas Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)	
Quadro Síntese	
Local	Contribuições
Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA deve estar estruturado de forma reconhecer e associar as diversas interações entre as ações conduzidas no âmbito da Mudança Climática, na sua abrangência direta e indireta.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ser construída, no corpo do PNA, uma matriz de interações pertinentes a Governança da Mudança do Clima, suas Políticas, Planos e Programas.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA deve caracterizar as influências dos percursos e determinantes socioeconômicos na tomada de decisão frente às ações de adaptação.</li> </ul>
Curitiba	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA deve reafirmar as determinações legais referentes à gestão do uso do solo, com destaque para o cumprimento da regulamentação alusiva a recursos hídricos e áreas de preservação (córregos, nascentes e uso do solo e da água).</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA assim como todos os outros planos devem ser formulados de forma a serem executáveis.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA deve contemplar ações locais e promover formação e capacitação. Deve ser um guia para a formação de atitudes.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA deve deixar evidente qual a sua ambição. Ter bem definido se é um Plano ou um conjunto de estratégias.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O texto deve esclarecer as ações direcionadas às zonas costeiras e aos recursos hídricos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As políticas referendam, mas não avançam sobre o olhar e repercussões no objeto “Mudança Climática”.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os Municípios devem ser atores destacados no PNA. Faz-se necessária a inclusão do Planejamento Municipal.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelagem climática e formação de cenários de vulnerabilidade, bem como seus efeitos sobre as cidades devem ser explorados.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PNA deve estabelecer estratégias aderentes às expectativas do setor industrial.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O texto deve avaliar os impactos dos Planos em execução nas ações e estratégias do PNA.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ser especificadas metas sobre a gestão e aproveitamento dos recursos hídricos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento dever ter uma estrutura padrão, expressando uma lógica</li> </ul>



	narrativa coerente, o que não ocorre no texto em consulta.
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faz-se necessária uma itemização do documento.</li></ul>
<b>Fortaleza</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Incluir o Projeto Biomas, caso seja pertinente, no texto do PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve também adotar metas que sejam vinculadas ao uso e a dinâmica dos espaços urbanos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O uso do conceito de resiliência não da conta de agregar toda a complexidade presente na dinâmica das cidades (sociais, políticas e econômicas).</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Evidenciar no texto a necessidade de incentivar a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Adaptação.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Todo o apoio à implantação do PNA nas cidades, caso exista, deve ser apresentado no texto.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O texto deve apresentar o panorama do perfil de quem se apropria dos recursos hídricos e para que se apropria.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O aumento da eficiência no uso da água deve estar expresso no PNA como uma medida de adaptação.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O texto deve apresentar estratégia e ações que possibilitem que o PNA seja apropriado pelos diferentes setores que conformam a sociedade.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA precisa ser enfático quanto à gravidade do problema e da urgência em agir.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• A “Justiça Climática” deve ser o princípio norteador do ônus e bônus das demandas necessárias à redução da vulnerabilidade.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faz-se necessário avaliar o contexto regional das alternativas de crescimento econômico vinculadas às vocações das regiões, seus recursos e estágio de desenvolvimento social.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O monitoramento dos efeitos da mudança do clima, vulnerabilidades e riscos presentes nas cidades devem ser contemplados no texto do PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve destacar as contribuições sobre adaptação presentes nos documentos das Conferências Nacionais de Meio Ambiente.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O texto deve delinear os riscos de colapso dos ecossistemas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O incentivo ao pagamento ecossistêmico deve estar presente no PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Devem ser destacadas as estratégias de caráter transversal, além das conexões existentes entre diferentes estratégias.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dever ser destacado no documento a necessidade do monitoramento das diversas variáveis vinculadas ao Aquecimento Global do Clima.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• As ações voltadas a formação e capacitação devem estar presente no PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faz-se necessário a presença da Educação Ambiental no corpo do texto.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O humano deve ser colocado no documento como ator central na condução das ações propostas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve evidenciar a necessidade do cumprimento da legislação em curso.</li></ul>



Brasília	Geral
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve apontar as ações fruto da necessária articulação entre unidades federativas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser estimulado o mapeamento e registro das emissões, bem como e divulgação das ações exitosas registradas nas unidades federativas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faz-se necessário definir quais as estratégias de financiamento das ações presentes no PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• As ações voltadas à adaptação são na essência ações estruturantes. Ver se o texto do PNA reflete esta particularidade.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O tema do território deve ter seu tratamento evidenciado no texto.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve destacar as responsabilidades dos diferentes setores socioeconômicos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser destacado no texto as relações do PNA com os vínculos e apoios internacionais. Dessa forma, deve ser ampliado o espaço do Ministério das Relações Exteriores.</li></ul>
	<u>Grupo 1</u>
	<ul style="list-style-type: none"><li>❖ Indústria e Mineração</li><li>❖ Infraestrutura: Transporte</li><li>❖ Infraestrutura: Mobilidade Urbana</li><li>❖ Infraestrutura: Energia</li><li>❖ Água</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser dados incentivos que apontem para mudança de comportamento, sobre os modelos consolidados, contemplando à adoção de tecnologias de menos emissoras e ajustes tecnológicos nas tecnologias convencionais em uso aos possíveis eventos climáticos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• As ações de comando e controle devem ser evidenciadas como ferramenta importante no alcance dos objetivos afirmados no PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• As ações de comando e controle devem ser evidenciadas como ferramenta importante no alcance dos objetivos afirmados no PNA.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Colocar o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) como ator no processo de estruturação, implementação e monitoramento de PNA. O SIPAM conta com uma infraestrutura tecnológica que gera conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações de governo na Amazônia Legal. São estações meteorológicas, plataformas de coleta de dados, radares meteorológicos e de vigilância, sensores aeroembarcados, estações de recepção de dados de satélite e uma rede integrada de telecomunicações. Esse aparato possibilita um trabalho integrado com os mais diversos órgãos parceiros (defesas civis, Ibama, Polícia Federal, ICMBio, Forças Armadas, Agência Nacional de Águas, Ministérios do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de universidades, secretarias municipais e estaduais de meio ambiente na Amazônia Legal).</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA, em seu eixo estratégico de redução da vulnerabilidade advinda do</li></ul>



	<p>uso das fontes fósseis de energia, tem potencial de conforma-se em mais um espaço de fomento a expansão do uso das Fontes Renováveis de Energia.</p>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• É necessário estimar como a Mudança do Clima pode repercutir no potencial de aproveitamento das Fontes Renováveis de Energia, discutindo suas vulnerabilidades e incertezas decorrentes.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve apontar como será feito o monitoramento e a avaliação das diferentes estratégias apresentadas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• É preciso definir um percurso provável que garanta o planejamento e a execução das diferentes estratégias apresentadas no documento.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O atual momento hidrológico desfavorável pode servir de estudo de caso para aumentar o conhecimento sobre a necessária atuação adaptativa à situações futuras semelhantes.</li></ul>
	<p><u>Grupo 2</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>❖ Agricultura</li><li>❖ Segurança Alimentar e Nutricional</li><li>❖ Povos e Comunidades Vulneráveis</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Esclarecer no PNA se a estrutura para implementar o PNA será a mesma do plano ABC, fortalecendo o programa de adaptação. Ou se vai ter um plano de implementação separado/ uma linha de trabalho específica para adaptação fora do ABC.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os eixos estão bem detalhados. O de conhecimento e o de financiamento são muito relevantes para o MDA. Entretanto, No volume I tem apenas duas metas, deveria colocar mais metas na parte inicial. Nesse plano poderia se ter metas mais estratégicas destacadas no volume I e o detalhamento ficaria nos planos específicos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faltou mais ênfase na agroecologia, mencionar mais o PLANAPO no capítulo de agricultura.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• É necessário avaliar se a inclusão de uma meta para ATER seria importante.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve tratar um pouco melhor no capítulo como será a participação dos entes federados na implementação de medidas de adaptação para agricultura.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faz-se necessário estabelecer no capítulo de agricultura quais são os indicadores vinculados às medidas de adaptação propostas. A ausência de tais indicadores pode causar um problema para o monitoramento do plano.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prever no capítulo de agricultura a construção de uma plataforma de informação para adaptação em agricultura; sistema de indicadores agroambientais. Além disso, zoneamento agroambiental e indicadores de uso da terra deve aparecer um pouco melhor nesse capítulo. O projeto “Diálogos” é uma iniciativa para construir um sistema nacional de indicadores agroambientais.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve se feita uma ligação do capítulo Povos e Comunidades Vulneráveis com cada um dos 10 setores, mostrando porque os grupos vulneráveis são os mais atingidos em cada uma das temáticas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O tema da Segurança Alimentar e Nutricional foca-se demais no papel da</li></ul>





	<p>produção agrícola, ressaltando-se pouco as outras dimensões do meio rural. Devem ser agregadas outras dimensões do meio rural para melhorar a capacidade de gerar renda, que não seja somente da agricultura, e garantir alternativas para promover a segurança alimentar.</p>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve responder como agregar o componente clima para criar processos de renda complementar, a exemplo da geração de energia no campo.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve apresentar qual o custo da adaptação, definido quanto custa implementar as medidas e/ou estratégias previstas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser construir uma matriz, na parte geral do PNA, com todas as estratégias setoriais, objetivando melhor visualizar a intersectorialidade das políticas /capítulos.</li></ul>
	<p><b>Grupo 3</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>❖ Biodiversidade</li><li>❖ Cidades</li><li>❖ Zona Costeira</li><li>❖ Desastres</li><li>❖ Saúde</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• A estratégia para biodiversidade deve relacionar melhor de fauna com as informações de modelagem da fitofisionomia e também deve ser dada a ênfase aos efeitos sinérgicos da mudança do clima, queimadas e degradação ambiental.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) para promover o diálogo nas comunidades que possuem conflito de interesses de uso do território.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• A Comunidade Europeia (principalmente citando os países baixos) estabeleceu, por dispositivo legal, os critérios para o planejamento territorial na zona costeira. Isso expressa a relevância de se buscar uma decisão política sobre os riscos da subida do nível do mar e a zona costeira. Seria interessante se o Plano Nacional incorporasse recomendações nesse sentido, visando fortalecer regulamentação para a implementação de uma política de riscos e planejamento na zona costeira.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Faz-se necessário discutir no capítulo da Zona Costeira o que já existe de conhecimento acumulado em relação a definição de indicadores de áreas de risco para a zona costeira.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Registra-se uma preocupação com a diminuição de recursos que atingiu o projeto orla, que representa justamente a iniciativa do governo para a zona costeira que tem maior alcance no âmbito das políticas em escala municipal. Este projeto deve incorporar informações sobre mudança do clima na sua implementação.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• É imperativo atuar de forma previa em problemas hoje vivenciados na Amazônia, os quais, por consequência, repercutirão de forma determinante em ações futura de adaptação. Por exemplo, a compensação dos danos atribuídos ao uso do território e seus recursos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• A eficaz implementação do PNA demanda de um efetivo suporte às unidades da federação nas suas ações e políticas públicas:</li></ul>



Manaus	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Financiamento</li><li>○ Assistência Técnica</li><li>○ Coordenação Regional</li><li>○ Sinergias</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve destacar a governança necessária que possa garantir a articulação das ações de adaptação previstas, bem como a prevenção e atuação em desastres.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• É indispensável que o documento aponte a necessidade de que as comunidades que dão suporte a uma estrutura/serviços que reduzem a vulnerabilidade sejam compensadas. Destaca-se que essas compensações devam ser retroativas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• As ações de adaptação requerem o equacionamento dos desequilíbrios econômicos e sociais presentes nas ações sustentáveis hoje praticadas. Deve-se aumentar a seguridade social e reduzir a vulnerabilidade socioeconômica.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve por atenção nas sinergias positivas e negativas vinculadas às fronteiras. Exemplo o Pré-sal.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve contemplar a participação social através de seus diferentes atores. Deve incentivar a participação comprometida, desenvolvendo e aplicando ações educativas, formativas e ampliando o conhecimento.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Destacar no documento as intervenções feitas na região Amazônica, suas transformações derivadas e seus impactos sobre os recursos hídricos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• A agricultura familiar deve ter no PNA o tratamento específico que o setor demanda. Deve ser ampliada a discussão que defina a forma e estrutura desse tratamento.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve considerar as diferenças regionais na determinação das distintas bases referenciais usadas na avaliação das vulnerabilidades, e os desdobramentos legais decorrentes dessas definições.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• É importante reduzir às incoerências, ou externa-las apontando como minimizar seus efeitos, presente nas políticas públicas vinculadas ao tema. Por exemplo: o MME em seus planos considera o aumento da participação das usinas termelétricas, por outro lado o PNA aponta para a expansão das fontes renováveis de energia.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve ser mais claro quanto os seguintes tópicos:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Governança do Plano</li><li>○ Monitoramento das ações</li><li>○ Aplicação Regional</li><li>○ Regime legal de efetivação do Plano</li></ul></li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O documento deve apontar garantias de ações que configure o PNA como uma ação de Estado e não de Governo.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve definir o Fórum Brasileiro de Mudança Climática como seu espaço de controle social, explicitando qual a estrutura de financiamento para a participação social.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• O PNA deve colocar o risco climático como critério fundamental na</li></ul>





	definição de políticas de desenvolvimento.
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reafirmar no documento que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) deve estar em consonância com o PNA.</li></ul>

Atenciosamente,

**Luiz Pinguelli Rosa**

*Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas*